



CRCCE

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO CEARÁ

#Contabilidade
no centro da
economia

Curso: Aspectos Práticos IFRS 18 (CPC 51)

Nova DR (antiga DRE) e seus reflexos nas Demonstrações Financeiras (DFs) e Notas Explicativas (NEs)



Jocelio Costa

Contador

- Bacharel em Ciências Contábeis - FLF 2017.1;
- MBA em IFRS - FIPECAFI 2023.2;
- Trilha MBA Controladoria - Saint Paul Escola de Negócios 2025.1;
- MBA Finanças Empresariais - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (em andamento)
- Gerente Financeiro e Contábil – Rede de Supermercados;
- Membro da Comissão de Normas Contábeis Aplicadas as EGP CRC-CE;
- Perito Contador Cadastrado no TJCE;



Eduardo Viana

Auditor Independente e Contador

- Eduardo Viana é natural de Fortaleza, radicado em São Paulo, e onde tem trabalhos no Brasil, mobility de 2 anos de auditoria externa em San Francisco/EUA, 18 anos de experiência em Big Four (KPMG e EY). atualmente sou Sócio-Diretor da Kodus Auditoria (Moreira Auditoria no Brasil), e um dos responsáveis pelo escritório em SP e no CE, Trabalho e aprendo diariamente nos desafios da nossa profissão de Auditoria Externa em Empresas familiares com pouca/nenhuma governança corporativa, clientes pequenos, médios, grandes e internacionais. Diversas parcerias com Big Four e empresas de auditorias locais e regionais. Trabalho também com Valuation, consultivo de preparar empresas para serem auditadas por Big Four, PPAs, e trabalhos técnicos de contabilidade. Minhas credenciais como auditor externo: IPO da Simpar (JSL, Movida, Vamos) e clientes internacionais como GE, Honda, Nestle, Hyundai, Continental, Adidas, Oracle, Sanofi, FMC, e Diversas Empresas Familiares. Participo e procuro contribuir como Membro da comissão Técnicas de Contabilidade e de Auditoria do CRC CE, CRC SP, CRC DF, CRC MA. Sempre aprendendo.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

Porque IFRS 18?

Emitido em resposta às preocupações dos investidores, o IFRS 18 tem como objetivo:

1. Melhorar a comparabilidade do desempenho financeiro entre entidades e
2. Aumentar a transparência nas demonstrações financeiras

Embora o IFRS 18 venha a substituir o IAS 1, muitos dos princípios existentes no IAS 1 serão mantidos.

Quais são as mudanças?

- Estrutura definida para as demonstrações do resultado
- Divulgações exigidas nas demonstrações financeiras para algumas medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs)
- Princípios de agregação e desagregação aprimorados.

O IFRS 18 não produzirá impactos no reconhecimento ou na mensuração das transações.

A falta de requisitos detalhados leva à diversidade na prática e dificulta a análise e comparação do desempenho das entidades.

IFRS 18 (CPC 51) – Aspectos Práticos

No geral, a IFRS 18 introduzirá três conjuntos de novos requisitos:

1. Nova estrutura e apresentação da **DR (Antiga DRE)**;
2. Divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras para determinadas Medidas de Desempenho (performance) Definidas pela Administração (**MPMs**) e sujeita a Auditoria Independente;
3. Orientação detalhada para aprimoramentos sobre **agrupamento de informações** (agregação e desagregação de informações).



Quais as oportunidades?

IFRS 18: *Presentation and Disclosure in Financial Statements*



New required subtotals in statement of profit or loss, including 'operating profit'

16 May 2024



Disclosures about management-defined performance measures (MPMs)

30 May 2024



Enhanced guidance on grouping of information (aggregation and disaggregation)

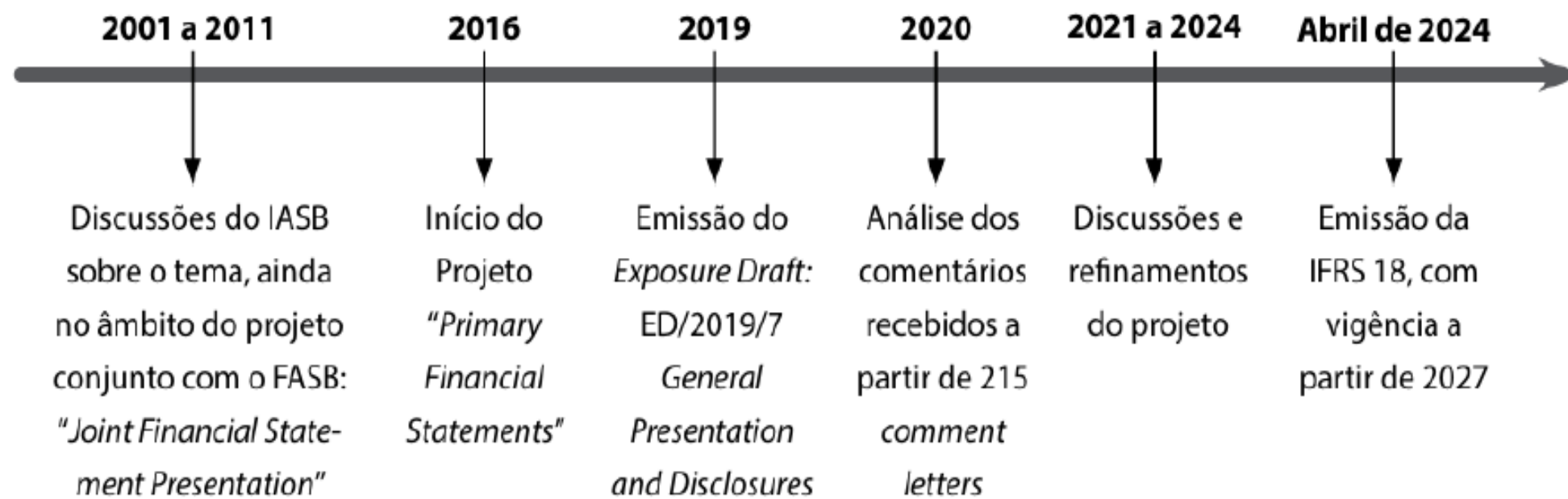
06 June 2024

Morning webinars: 9:30-10:30 BST / 10:30-11:30 CEST / 17:30-18:30 JST

Afternoon webinars: 15:30-16:30 BST / 10:30-11:30 EDT

Visão Geral

Figura 2.1 – Histórico do Desenvolvimento da IFRS 18



Fonte: elaborada com base nas informações disponibilizadas pelo Iasb (<https://www.ifrs.org/projects/completed-projects/2024/primary-financial-statements>).

CPC 51 - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Data Aprovação: 10/10/2025

Data Divulgação: 07/01/2026

IASB: IFRS 18

A partir de 2027. Companhias abertas a partir do 1º tri/2027

"C3 Em suas demonstrações contábeis anuais, a entidade deve divulgar, para o período comparativo imediatamente anterior ao período em que este Pronunciamento técnico é aplicado pela primeira vez, uma conciliação para cada rubrica na demonstração do resultado entre:

(a) os valores atualizados apresentados aplicando este Pronunciamento; e

(b) os valores anteriormente apresentados aplicando o Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis" (grifos nossos).

Visão Geral

Primary financial statements



statement of financial position
(balance sheet)



statement of profit or loss
(income statement)



statement presenting comprehensive income



statement of changes in equity



statement of cash flows
(cash flow statement)



and the notes to the financial statements

Legend:

- Major changes
- Some changes
- Minimal changes

Quadro 2.1 – Sumário dos principais requerimentos da IFRS 18

<p>1. Apresentação de novos subtotais definidos na Demonstração do Resultado (DR)</p>	<p>A nova norma exige que as empresas apresentem: resultado operacional e resultado antes de financiamento e tributos sobre o lucro. Esses subtotais proporcionam uma estrutura consistente para a DR, melhorando, assim, a comparabilidade das informações.</p>
<p>2. Divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração</p>	<p>Tais medidas são definidas pela norma como subtotais de receitas e despesas usados em comunicações públicas para expressar a visão da administração sobre um aspecto do desempenho financeiro da empresa como um todo. A IFRS 18 exige que as empresas divulguem as conciliações entre essas medidas e os subtotais previstos pelas IFRS nas notas explicativas às demonstrações contábeis.</p>
<p>3. Critérios aprimorados para agrupamento (agregação e desagregação) da informação</p>	<p>A IFRS 18 estabelece requisitos para auxiliar as empresas a determinar se as informações sobre itens devem constar nas demonstrações contábeis principais ou nas notas explicativas. Além disso, fornece princípios para determinar o nível de detalhamento necessário para as informações divulgadas pelas entidades com vistas a aprimorar a transparência.</p>

Fonte: elaborado pelos autores.

A) Categorias



Operacional

Trata-se de uma categoria ‘residual’ para ganhos e despesas que não são classificadas nas outras duas categorias. Esta categoria normalmente incluirá os resultados da entidade provenientes de suas principais atividades de negócios.

Portanto, não há uma definição específica no IFRS 18.

Investimento

Esta categoria normalmente inclui:

- resultados de coligadas e *joint ventures*;
- resultados e rendimentos de caixa e equivalentes de caixa; e
- ativos que geram retorno de forma individual e são, em grande parte, independentes de outros recursos.

Financiamento

Esta categoria normalmente inclui:

- todos os ganhos e despesas de passivos que envolvem a obtenção de financiamento (como empréstimos bancários); e
- despesas de juros e efeitos das alterações nas taxas de juros de outros passivos (como a recomposição do AVP de passivo de plano de pensão).

New required subtotals

Operating profit

Gives a complete picture of a company's operations

Profit before financing and income tax

Gives a picture of a company's performance before the effects of its financing

Statement of profit or loss

Revenue

Cost of sales

Gross profit

Other operating income

Selling expense

Research and development expenses

General and administrative expenses

Goodwill impairment loss

Other operating expenses

Operating profit

Share of profit or loss of associates and joint ventures

Other investment income

Profit before financing and income tax

Interest expense on borrowings and lease liabilities

Interest expense on pension liabilities and provisions

Profit before tax

Income tax expense

PROFIT

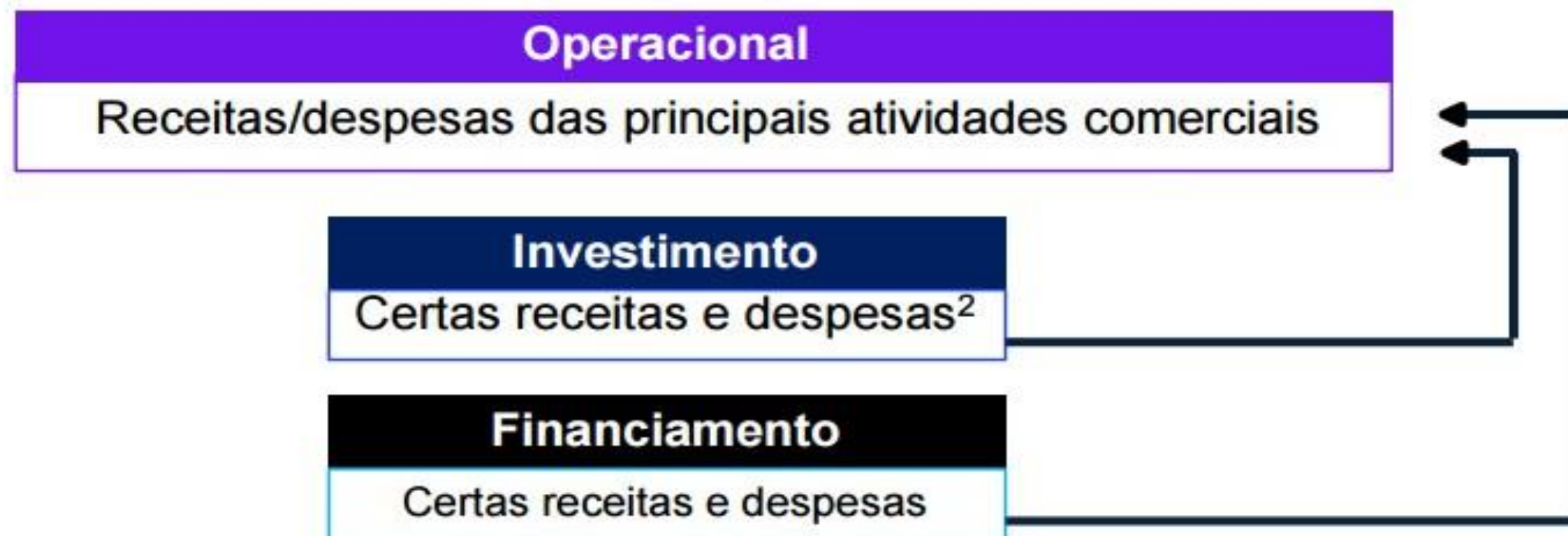
Operating

Investing

Financing

Quais são as novas categorias de receitas e despesas?

Companhias com **atividade principal específica**¹ classifica itens adicionais de receita e despesa na categoria **operacional** que de outra forma, seriam classificados como **investimento** ou **financiamento**.



¹ Esse termo é definido na IFRS 18 como investimento em ativos (por exemplo, empresas imobiliárias, seguradoras) ou fornecimento de financiamento a clientes (por exemplo, bancos).

² A participação nos resultados de investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial é sempre classificada como investimento.

B) Subtotais obrigatórios

IFRS 18 requer a apresentação de **totais e subtotais específicos**. A principal alteração em relação ao IAS 1, refere-se à inclusão obrigatória de subtotal de **‘Lucro ou prejuízo operacional’**.

Os outros **subtotais obrigatórios** são: **‘Lucro ou prejuízo’** e **‘Lucro ou prejuízo antes de financiamento’** e **‘tributos sobre o lucro’**, com algumas exceções (por exemplo, quando um banco tem financiamento como atividade principal e realizou escolhas específicas de apresentação)



Outras Alterações (DFC)

O IFRS 18 impactará algumas outras alterações na apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras. Por exemplo, o **IAS 7 - “Statement of Cash Flow”**, será alterado para:

- a. determinar ‘lucro ou prejuízo operacional’ como ponto de partida para reconciliar os fluxos de caixa das atividades operacionais; e
- b. eliminar as opções existentes de apresentação de juros e dividendos pagos e recebidos.

Como a natureza de suas atividades comerciais impacta as categorias?

A classificação de receitas e custos/despesas varia de acordo com as principais atividades da empresa.



Empresas com múltiplas atividades principais que incluem atividades principais específicas podem encontrar dificuldades em classificar receitas e despesas na demonstração do resultado.

	Fabricante A 	Fabricante B 	Banco 	Setor Imobiliário 
Principais atividades empresariais	Fabricação e vendas de mercadorias	Fabricação e vendas de mercadorias e fornecimento de financiamento aos clientes	Fornecimento de financiamento aos clientes	Investimento em ativos
Despesas de juros sobre empréstimos	Financiamento	Operacional* e escolha entre operacional e financiamento**	Operacional* e escolha entre operacional e financiamento**	Financiamento
Ganhos/perdas em propriedades para investimento	Investimento	Investimento	Investimento	Operacional

* Inclui todas as despesas com juros de empréstimos relacionados ao fornecimento de financiamento a clientes.

** Uma escolha de política contábil aplica-se a despesas com juros de empréstimos não relacionados com o fornecimento de financiamento a clientes.

A Ambiguidade Central do CPC 51

VENDA DE IMÓVEIS

A classificação depende de como o ativo é tratado contabilmente — não do tipo de transação.

IAS 40 / CPC 28

Propriedade para Investimento

- Imóvel mantido para obter renda ou valorização
- Não é usado na produção ou para fins administrativos
- Mensurado a valor justo (IAS 40 opção)
- Venda gera resultado em Investimento na DRE

→ CATEGORIA: INVESTIMENTO

VS

CPC 16 / IAS 2

Estoque — Atividade Acessória ou Principal

- Imóvel comprado para venda como atividade do negócio
- É o produto da operação (imobiliária) ou atividade acessória
- Mensurado a custo ou VRL (menor valor)
- Venda gera resultado em Operacional na DRE

→ CATEGORIA: OPERACIONAL

Princípio-Chave: a Natureza do Negócio Define a Categoria

A mesma receita de aluguel pode ser Operacional ou Investimento — depende de quem reporta

Indústria de Alimentos	Distribuidora de Alimentos	Imobiliária	Banco
Aluguel: Investimento	Aluguel: Investimento	Aluguel: Operacional	Aluguel: Operacional
Venda de imóvel: Investimento	Venda de imóvel: Investimento ou Operacional	Venda de imóvel: Operacional	Venda de imóvel: Investimento
<i>Imóvel não é atividade-fim</i>	<i>Depende da política CPC 28 vs CPC 16</i>	<i>É a atividade-fim do negócio</i>	<i>Subcategoria financeira (IFRS 18)</i>

* No consolidado com banco como controladora, os juros de todas as subsidiárias ficam em Operacional (subcategoria financeira do IFRS 18).

Alterações (DFC)

Cash flow item	Most entities	Specified entities ^(a)
Interest paid ✓	Financing ✓	Accounting policy choice, possible location depends on the classification of the related income and expenses in the statement of profit or loss
Interest received	Investing	
Dividends received	Investing	
Dividends paid	Financing	

(a) An entity that provides financing to customers as a main business activity or in the course of its main business activities invests in assets that generate a return individually and largely independently of the entity's other resources.



Parágrafo 34A (CPC 03) *“Este Pronunciamento **encoraja fortemente** as entidades a classificarem os juros, recebidos ou pagos, e os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais, e os dividendos e juros sobre o capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.*

O que não muda?

Embora o IFRS 18 venha a substituir o IAS 1 – Presentation of Financial Statements, muitos dos princípios existentes no IAS 1 serão mantidos.

O IFRS 18 não produzirá impactos no **reconhecimento** ou na **mensuração** das transações nas demonstrações financeiras mas em determinados casos, poderá alterar a forma com que uma entidade reporta o ‘lucro ou o prejuízo operacional’.

Apresentação das despesas por natureza versus por função?

Apresentação por função		Apresentação por natureza	
Receitas	xxxx	Receitas	xxxx
Custo dos produtos vendidos	xxxx	Mudanças nos estoques de materiais	
Lucro bruto	xxxx	acabados e estoques em andamento	xxxx
		Matéria prima consumida	xxxx
Despesas comerciais	xxxx	Salários e benefícios	xxxx
Despesas gerais e administrativas	xxxx	Depreciação, amortização e <i>impairments</i>	xxxx
Perdas de crédito em ativos financeiros	xxxx	Despesas com contingências	xxxx
Outras receitas (despesas) operacionais	xxxx	Outras receitas (despesas) operacionais	xxxx
Lucro operacional	xxxx	Lucro operacional	xxxx

Atualmente pela IAS 1, as entidades são requeridas a analisar as despesas operacionais na demonstração do resultado “por natureza” (mostrando em linhas separadas itens como depreciação ou despesas de salários) ou “por função” (mostrando em linhas distintas o custo das vendas ou serviços e despesas gerais e administrativas, por exemplo). A IFRS 18 limitará essa liberalidade, pois exigirá que a entidade utilize as características da natureza ou função para classificar e agregar as suas despesas operacionais em itens de linha, de uma forma que forneça a informação mais útil sobre essas despesas, incluindo orientações de aplicação que auxiliem a entidade a identificar tal utilidade (sobre por exemplo, os principais componentes ou impulsionadores da lucratividade da entidade).

Conflitos com Lei das S.A.?

Demonstração dos resultados do exercício

Receitas	XXXX	Operacionais
Custo dos produtos vendidos	XXXX	
Lucro bruto	XXXX	
Despesas comerciais	XXXX	
Despesas gerais e administrativas	XXXX	
Perdas de crédito em ativos financeiros	XXXX	
Outras receitas (despesas operacionais)	XXXX	
Lucro operacional	XXXX	Subtotal requerido
Ganhos (perdas) de equivalência patrimonial sobre coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	XXXX	Investimento
Ganhos na baixa de coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	XXXX	
Lucro antes das despesas financeiras e tributos sobre o lucro	XXXX	Subtotal requerido
Despesas de juros sobre financiamento e arrendamentos	XXXX	Financiamento
Despesas de juros sobre passivos de benefício definido	XXXX	
Lucro antes dos tributos	XXXX	
Tributos sobre o lucro	XXXX	
Lucro líquido	XXXX	

Lei das S.A.

Apresentação mandatória da receita bruta e dos impostos sobre as vendas, abatimentos e devoluções separadamente.

Obrigatoriedade da apresentação por função (aplicando um modelo "misto").

Referência a outras receitas e outras despesas como um item apresentado após o lucro operacional.

Separação das atividades de investimentos não prevista na Lei (por exemplo, o resultado de equivalência patrimonial, tipicamente apresentado antes do lucro operacional).

Como as despesas operacionais são divulgadas?

Se alguma despesa operacional for apresentada por função na demonstração do resultado, as empresas:

- apresentam uma linha de custo de vendas separado (quando relevante);
- divulgam qualitativamente a natureza das despesas incluídas em cada item de linha de função.

Além disso, em uma única nota, as empresas divulgam informações quantitativas e qualitativas específicas para cada uma das **cinco “naturezas” de despesas operacionais**. Essas informações não tem como objetivo a reconciliação com a demonstração do resultado pois **é constituída tanto por valores capitalizados quanto gastos**.



As empresas podem precisar ajustar sistemas e processos para capturar informações relevantes para atender a essas divulgações.

Notas à demonstração do resultado

Despesas operacionais por natureza ^(a)	Depreciação	Amortização	Benefício a empregados	Impairment perdas/reversões	Baixas de inventário/reversões
Valor total reconhecido no período	72^(b)	X	X	X	X
Valor total incluído em:					
Custo dos bens vendidos	50				
Despesas administrativas	3				
Despesas de P&D	15				
Valor total incluído na categoria operacional	68^(b)	X	X	X	X

(a) Os valores divulgados são aqueles contabilizados no período, exceto a depreciação que inclui valores capitalizados em estoques.

(b) A diferença entre esses totais refere-se à depreciação incluída [item X] na categoria de investimento.

Quais são as despesas operacionais apresentadas?

As Companhias apresentam uma **análise nas despesas operacionais** na estrutura da DRE.



De acordo com o IFRS 18, as companhias não podem mais divulgar as despesas operacionais apenas nas notas.

Uma companhia apresenta as despesas operacionais de forma a fornecer o "resumo estruturado mais útil" de suas despesas, seja por:

- **natureza;**
- **função;** ou
- Utilizando a **apresentação mista.**

Se quaisquer despesas operacionais forem apresentadas por função, então novas divulgações se aplicam.



Pela Lei das S.A.s, a apresentação da DRE deve ser por função

Line item	CU	Category
Revenue	X	Operating
Cost of goods sold	(X)	
Gross profit	X	
Selling expenses	(X)	
General and administrative expenses	(X)	
Research and development expenses	(X)	
Operating profit	X	
Share of profit from associates and joint ventures accounted for using the equity method	X	Investing
Interest income from cash and cash equivalents	X	
Profit before financing and income tax	X	Required subtotal
Interest expense on borrowings	(X)	Financing
Interest expense on other liabilities	(X)	
Profit before income tax	X	
Income tax expense	(X)	Income tax
Profit from continuing operations	X	
Loss from discontinued operations	(X)	Discontinued operations
Profit for the year	X	Required subtotal



DRE por Função

Statement of profit or loss applying IAS 1

Revenue	X
Cost of goods sold	(X)
Gross profit	X
Other operating income	X
Selling expense	(X)
General and administrative expenses	(X)
Research and development expense	(X)
Income and expenses from associates and joint ventures accounted for using equity method	X
Other operating expenses	(X)
Operating profit or loss	X
Finance income	X
Finance costs	(X)
Profit or loss before tax	X
Income tax expense	(X)
Profit or loss	X

Statement of profit or loss applying IFRS 18

Revenue	X
Cost of goods sold	(X)
Gross profit	X
Other operating income	X
Selling expenses	(X)
General and administrative expenses	(X)
Research and development expense	(X)
Other operating expenses	(X)
Operating profit or loss	X
Share of profit or loss from associates and joint ventures	X
Other investment income	X
Profit before financing and income taxes	X
Interest expense on borrowings and lease liabilities	(X)
Interest expense on pension liabilities	(X)
Profit or loss before tax	X
Income tax expense	X
Profit or loss	X



IFRS 18 – Resumo da Principais Mudanças



1 Aprimoramento dos princípios de agrupamento de informações (agregação e desagregação)

2 Demonstração do resultado

- Novos subtotais serão exigidos, incluindo “Lucro operacional”
- Novas categorias: Operacional, Investimento e Financiamento



Balanço Patrimonial

Sem mudanças, a não ser a necessidade de apresentar *Goodwill* separada de outros intangíveis



4 Demonstrações dos fluxos de caixa.

- Elimina a política contábil para apresentação dos dividendos e juros recebidos e pagos



3 Itens adicionais

- Será permitido às entidades apresentar as despesas classificadas como operacionais por: natureza, função ou combinação de ambas. Pode ser fixado pelo CPC, bem como é necessário analisar a Lei de Sociedades por Ações.
- Divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela administração (MDDA)



Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Nenhuma mudança foi proposta



Demonstrações interinas

- Demonstração do resultado nas mesmas bases
- Não há necessidade de fornecer a desagregação das despesas por natureza
- Divulgação das MDDAs



Melhora o diálogo do investidor com a empresa



Decision-useful

Desenvolvendo globalmente divulgações comparáveis - que são asseguradas - para atender às informações necessárias dos investidores.

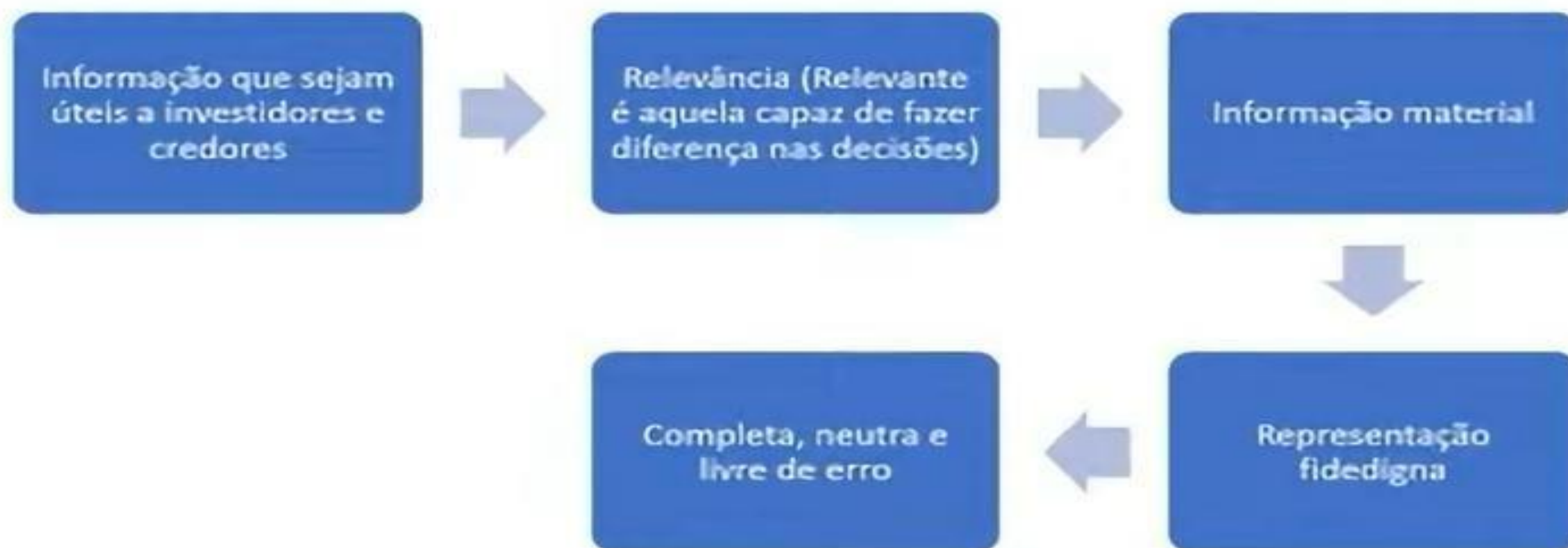


Cost-effective

Permitir que as empresas se comuniquem com investidores globalmente comparáveis, abrangentes informações relacionados à riscos e oportunidades.



O que se espera da informação contábil?



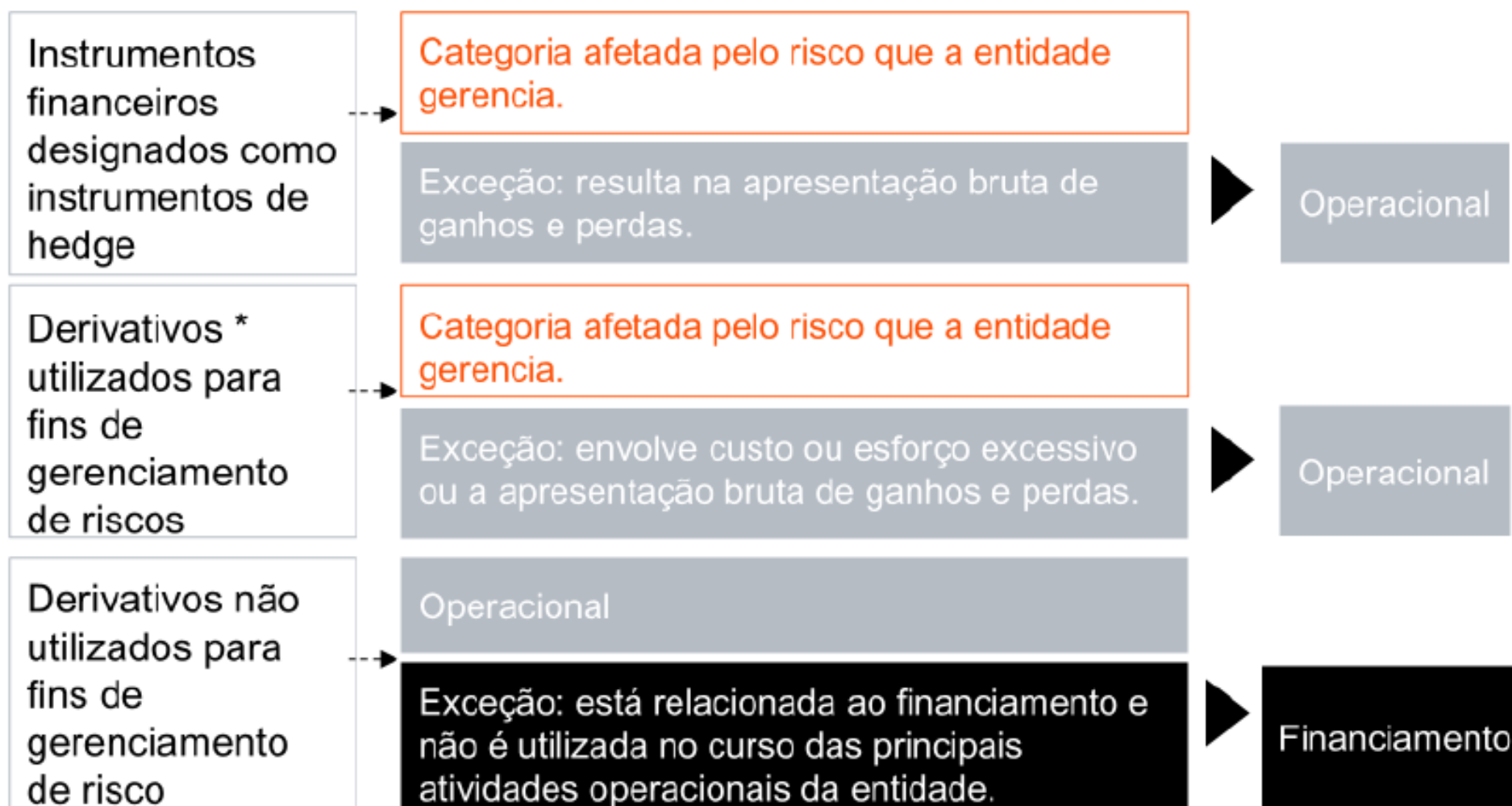
OCPC07

Item 13 “Se a informação contábil-financeira é para ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível.”

IFRS 18/ CPC 51 Estrutura da demonstração do resultado

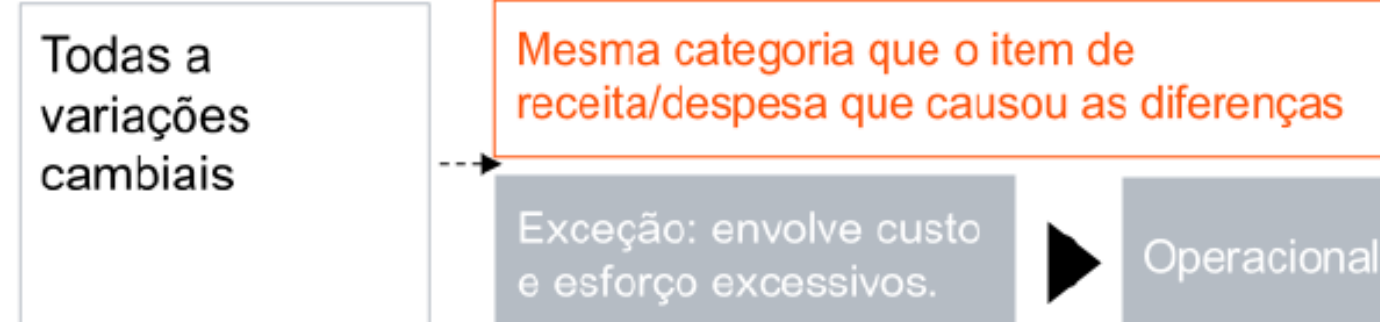
Hedge e derivativos, variações cambiais e ganho ou perda monetária

Ganhos e perdas com derivativos e instrumentos de hedge (incluindo inefetividade do hedge e elementos do custo do hedge excluídos da designação de hedge)

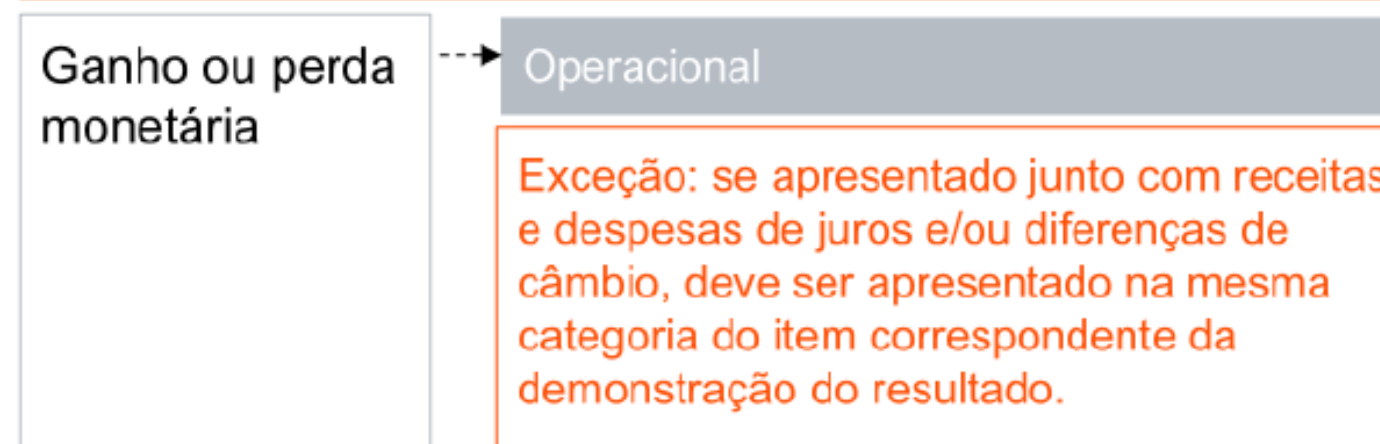


*Instrumentos não derivativos utilizados para fins de gerenciamento de riscos (que não são designados como instrumentos de hedge) seguem os requisitos normais de classificação aplicáveis ao instrumento correspondente.

Variações Cambiais



Ganho ou perda monetária – (aplicando o IAS 29)



Fonte: PWC 13.05.26

Principais mudanças nas demonstrações financeiras

Aprimoramento dos princípios de agrupamento de informações (agregação e desagregação)

Demonstração do resultado

- **Novos subtotais serão exigidos**, incluindo “Lucro ou prejuízo operacional” e “Lucro ou prejuízo antes de financiamento e tributos sobre o lucro”
- Categorias: **Operacional, Investimento, Financiamento, Tributo sobre lucro e Operação descontinuada**

Balanco Patrimonial

Sem mudanças, a não ser a necessidade de apresentar *Goodwill* separada de outros intangíveis

Itens adicionais

- Será permitido às entidades apresentar as despesas classificadas como operacionais por: (i) natureza, (ii) função ou (iii) combinação de ambas (previsto no IFRS 18 e minuta do CPC 51). Ainda é necessário analisar a discrepância desta previsão com a Lei das Sociedades por Ação (Lei N° 11.638).
- **Divulgação sobre *Management Performance Measures* ou Medidas de desempenho definidas pela administração (“MPM”).**

APMs and non-GAAP measures today

Investors' concerns

- Investors find MPMs useful but they have concerns about lack of transparency of how these measures are calculated

Examples of alternative performance measures (APMs) or non-GAAP measures used today

- **Adjusted operating profit**
- **Adjusted profit or loss**
- **Adjusted EBITDA**
- Free cash flow
- Return on equity

Quais medidas “não-GAAP” são agora reportadas nas demonstrações financeiras?

Somente medidas “não-GAAP” que são **subtotais de receitas e despesas, ou seja, MPMs** são divulgadas.

A **definição** de MPMs é restrita e **exclui** o seguinte:

- ✘ Medidas de desempenho não financeiro, por exemplo índice de satisfação do cliente.
- ✘ Medidas de desempenho financeiro que não são subtotais de receitas e despesas, por exemplo, fluxo de caixa livre.
- ✘ Totais/subtotais especificados nas Normas Contábeis IFRS[®], por exemplo, lucro bruto.



Certas medidas “não-GAAP” que atendem à definição de MPMs serão agora divulgadas nas demonstrações financeiras e sujeitas a auditoria. Como resultado, as empresas podem decidir rever o propósito e a relevância das medidas “não-GAAP” existentes comunicadas fora das demonstrações financeiras.



* Presume-se que um subtotal utilizado em comunicações ao mercado representa a visão da administração sobre o desempenho financeiro, a menos que possa ser refutado com informações razoáveis e sustentáveis.

Medidas de desempenho definidas pela administração

1- Descrição

Uma descrição de como a MDM comunica a visão da administração e como a MDM é calculada

2- Conciliação

Uma conciliação entre a MDM e o subtotal diretamente comparável relacionado na IFRS 18 ou subtotal especificamente exigido pelas IFRSs, incluindo o efeito do imposto de renda e o efeito sobre a participação de não controladores para cada item divulgado na conciliação;

4- Explicação das Mudanças

Uma explicação sobre quaisquer mudanças nas MDMs da empresa ou no modo como ela calcula suas MDMs;

3- Declaração da Administração

Uma declaração de que a MDM reflete a visão da administração de um aspecto do desempenho financeiro da empresa como um todo e não é necessariamente comparável às mensurações que compartilham rótulos ou descrições similares fornecidos por outras empresas.

Quais são as novas divulgações para MPMs?

Em uma **única nota** nas demonstrações financeiras, a empresa:

- afirma que o MPM fornece a visão da administração sobre o desempenho financeiro da empresa e não é necessariamente comparável aos MPMs de outras empresas;
- explica porque o MPM fornece informações úteis e como ele é calculado;
- reconcilia o MPM com um total/subtotal especificado nas Normas Contábeis IFRS, incluindo os efeitos fiscais e de juros de não controladores para cada item de reconciliação; e
- explica quaisquer alterações, por exemplo, alterações nos cálculos e quaisquer novos MPMs.



A reconciliação pode envolver esforços adicionais. Por exemplo, uma empresa pode precisar desenvolver um método apropriado para calcular o efeito do imposto de renda para cada item de reconciliação na nota.

Notas às demonstrações financeiras

	20X7	Efeito fiscal	Efeito no NCI
Lucro operacional ajustado (MPM)	X		
Custos de reestruturação	(X)	(X) ^(a)	(X)
Lucro Operacional *	X		

(a) O efeito fiscal dos custos de reestruturação no [País S] é calculado com base na taxa de imposto legal aplicável no [País S] no final de 20X7, que foi de X por cento.

* Subtotal exigido pelas Normas Contábeis IFRS

Management-defined Performance Measures (MPMs)



Subtotals of income and expenses not required or specifically exempted by IFRS Accounting Standards



Included in **public communications outside financial statements**



Measures that communicate **management's view** of a company's financial performance

Disclosures for MPMs

IFRS 18 introduces requirements to disclose in a single note

- **Reconciliation** back to IFRS-defined subtotal
- Explanation of **why** the MPM is reported
- Explanation of **how** the MPM is calculated
- Explanation of any **changes** to the MPM



What might a reconciliation look like?

	IFRS	Impairment losses	Restructuring expenses	Gains on disposal of PP&E	MPM
Other operating income		-	-	(1,800)	
Research and development expenses		1,600	-	-	
General and administrative expenses		-	3,800	-	
Goodwill impairment loss		4,500	-	-	
Operating profit / Adjusted operating profit	57,000	6,100	3,800	(1,800)	65,100
Income tax expense		-	(589)	297	
Profit from continuing operations / Adjusted profit from continuing operations	32,100	6,100	3,211	(1,503)	39,908
Profit attributable to non-controlling interests		305	161	-	

When will IFRS 18 come into force?



- 1 January 2027
- Early application permitted
- Applied retrospectively and in interim financial statements

IFRS 18 – Resumo da Principais Mudanças

A Companhia utiliza o “**EBITDA ajustado**” (acrônimo representativo dos lucros antes dos juros, tributos sobre o lucro, depreciação e amortização) como uma medida de performance definida pela Administração nas suas comunicações financeiras com os usuários das demonstrações financeiras. A Companhia acredita que esta medida auxilia os usuários a avaliar as tendências associadas ao desempenho das atividades operacionais recorrentes e rotineiras da Companhia, incluindo suas despesas essenciais e melhor reflete o estado atual e potencial das suas operações. Desta forma o **EBITDA ajustado reflete a visão da Administração sobre o desempenho financeiro da Companhia como um todo e não é especificado pelas normas IFRS**. Portanto, esta medida pode não ser comparável com medidas aparentemente semelhantes utilizadas por outras entidades.

IFRS 18 – Resumo da Principais Mudanças

Como explicado nas Bases para Conclusões da IFRS 18, embora o EBITDA não tenha sido incluído na norma como um subtotal definido nas IFRS, o **“lucro ou prejuízo operacional antes de depreciação, amortização e perdas por redução ao valor recuperável no escopo do IAS 36”**, definido como um subtotal abarcado nas IFRS (parágrafo 118(b) da IFRS 18), pode ser um subtotal alinhado ao EBITDA quando este for apresentado pela entidade que reporta. Nesse caso, a Companhia não está proibida de utilizar a nomenclatura EBITDA em substituição àquela estabelecida na IFRS 18 quando esta nomenclatura for uma representação fidedigna de suas operações (por exemplo, quando todas suas receitas são incluídas na seção operacional da demonstração dos resultados). Essa apresentação poderia trazer uma maior relevância às demonstrações financeiras, uma vez que traria para o conjunto dessas demonstrações informações relevantes na tomada de decisão por parte dos usuários, que tipicamente acessam tais informações em outros documentos, como press releases, por exemplo

IFRS 18 – Resumo da Principais Mudanças

O **EBITDA ajustado** é calculado ajustando-se o efeito de itens tidos como materiais para os quais a Administração não espera razoavelmente que voltem a ocorrer em períodos de reporte futuros.

Desta forma, a Administração entende que tais ajustes são relevantes para uma avaliação apropriada das suas operações e sua lucratividade. Os itens de receitas e despesas que pela política contábil aplicada pela Companhia são passíveis de ajustes incluem:

- Perdas (ou reversões) por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros;
- Despesas de reestruturação; e
- Ganhos e perdas não recorrentes (incluindo ganhos ou perdas associados a litígios não recorrentes e não rotineiros, alienação de ativos baixa de ativos

IFRS 18 – Resumo da Principais Mudanças

Embora tenha sido discutido durante a elaboração da norma, o IASB decidiu por não definir “receitas ou despesas não usuais”.

Desta forma a determinação dos itens que são eventualmente ajustados em uma medida de performance deve ser realizada de maneira alinhada com as demais divulgações realizadas em outros documentos que acompanham as demonstrações financeiras e vir acompanhada de explicação adequada sobre o motivo pelo qual tal ajuste se faz necessário para uma apropriada visão das operações e performance da entidade.

Entidades que arquivem as demonstrações financeiras em jurisdições que possuam requerimentos específicos associados à apresentação de informações “non-GAAP” devem estar atentas para o atendimento simultâneo das regras IFRS e demais regras aplicáveis à jurisdição.

Por exemplo, a SEC nos Estados Unidos possui direcionamento específico acerca do que se configura como um item não recorrente que seria ajustável em uma medida de performance. De acordo com a SEC, despesas ou passivos que requerem (ou irão requerer) liquidação em caixa não podem ser ajustados. De maneira semelhante, itens não usuais, infrequentes ou não recorrentes somente são ajustados se não for razoavelmente esperado que se repitam nos próximos dois anos (ou tenham ocorrido nos dois anos precedentes).

IFRS 18 – Resumo da Principais Mudanças

O CPC 26(R1), de maneira consistente com as previsões da Lei das S.A., requer a apresentação do “resultado antes das receitas e despesas financeiras”.

Embora a IFRS 18 traga o requerimento de apresentação do “lucro ou prejuízo antes das receitas e despesas financeiras e tributos sobre o lucro”, não parece haver motivo para considerar que estes termos não possuam o mesmo significado.

Adicionalmente, entidades que arquivem as demonstrações financeiras em jurisdições que possuam requerimentos específicos associados à apresentação de informações “non-GAAP” devem estar atentas para o atendimento simultâneo das regras IFRS e demais regras aplicáveis à jurisdição.

Por exemplo, entidades sujeitas às regras da SEC, nos Estados Unidos, são requeridas a apresentar o EBITDA sempre reconciliado com o lucro líquido (e não com o subtotal mais comparável, como requer a IFRS 18).

Management-Defined Performance Metrics (MPM)

Objetivo do MPM:

[IFRS 18 para 121]

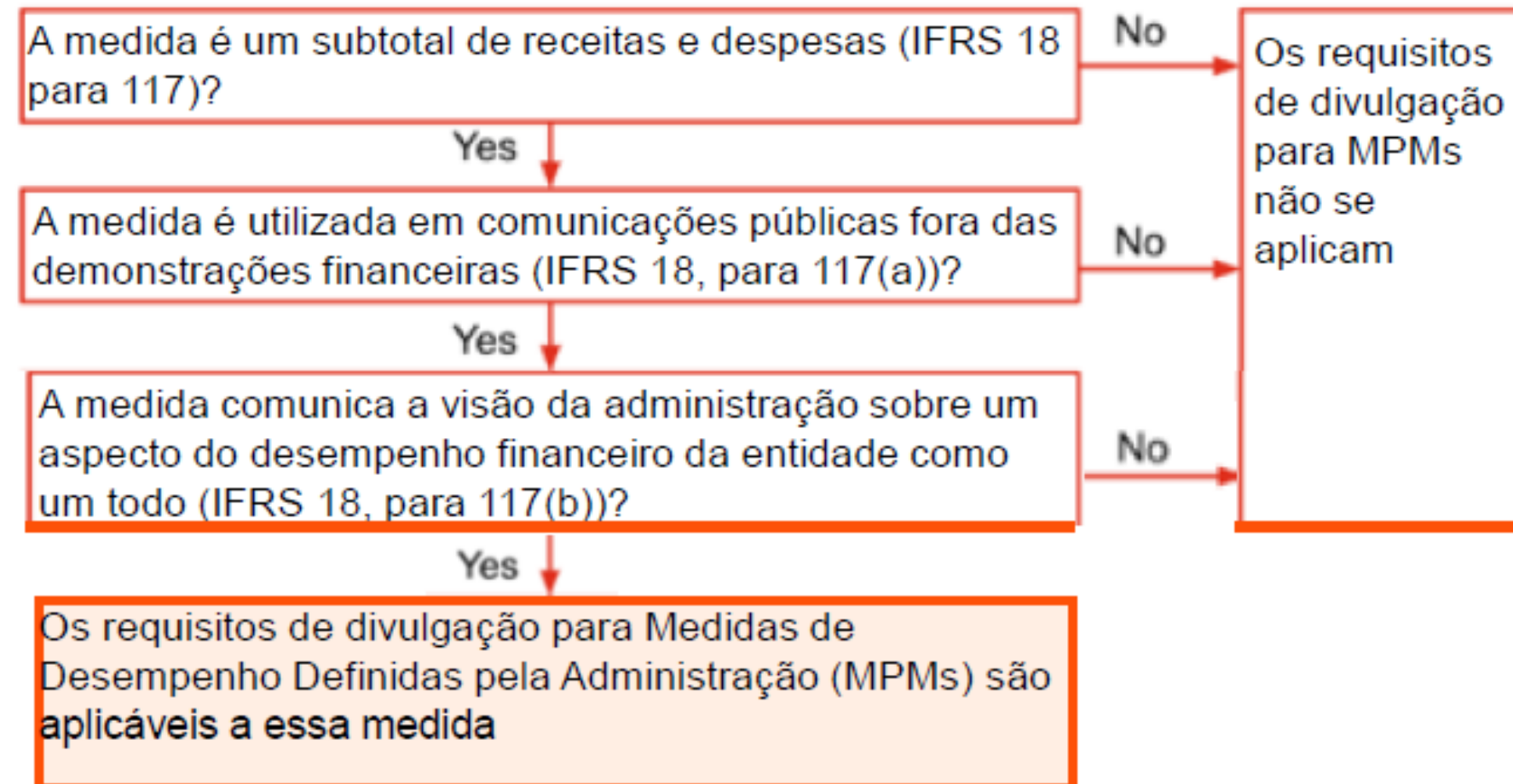
Fornecer informações para ajudar o usuário das demonstrações financeiras a entender:

- o aspecto do desempenho financeiro que, na visão da gestão, é comunicado por uma medida de desempenho definida pela gestão; e
- como a medida de desempenho definida pela gestão se compara com as medidas definidas pelas Normas Contábeis IFRS.

A entidade deve divulgar:

[IFRS 18 para 123]

- uma descrição do aspecto de desempenho financeiro que, na visão da gestão, é comunicado pela MPM, incluindo explicações sobre por que, na visão da gestão, a MPM fornece informações úteis sobre o desempenho financeiro da entidade.
- Como a MPM é calculada.
- Uma reconciliação entre a MPM e o subtotal mais diretamente comparável, exigido para ser apresentado pelas Normas Contábeis IFRS.
- o efeito do imposto de renda e o efeito sobre participação de não controladores para cada item divulgado na reconciliação exigida.



Potenciais *Management-Defined Performance Metrics* (MPM)

Categoria	Nível de impacto
EBITDA, EBITDA ajustado	Alto
Lucro Operacional ajustado	Alto
Lucro Líquido ajustado	Alto
Margens ajustadas	Alto
KPIs de RI baseados em resultado	Alto
Métricas puramente operacionais (ex.: volume, churn)	Baixo ou nenhum

Mudanças na Apresentação e Governança de Indicadores “Non-GAAP”

TEMA	ANTES (IAS 1)	DEPOIS (IFRS 18 / CPC 51)
Status do indicador	Flexível, fora das DFs	MPM exposto em nota explicativa
Disciplina regulatória	Divulgação voluntária	Regras formais e consistência
Reconciliação	Nem sempre apresentada	Obrigatória, a partir de subtotal IFRS
Classificação de itens	Flexibilidade nos ajustes	Categorias rígidas
Comparabilidade	Limitada	Ampliada
Auditoria	Não necessariamente em escopo	MPMs auditáveis

Reconciliation of the Consolidated Statement of Profit or Loss – Illustrative under IFRS 18 for the year ended 31 December 2025

IAS 1 presentation	Existing IAS 1 2025 \$m	Transition adjustments \$m	Adjusted for IFRS 18 2025 \$m	Expected IFRS 18 presentation
– Product Sales	55,573	–	55,573	– Product Sales
– Alliance Revenue	3,067	–	3,067	– Alliance Revenue
Product Revenue	58,640	–	58,640	Product Revenue
Collaboration Revenue	99	–	99	Collaboration Revenue
Total Revenue	58,739	–	58,739	Total Revenue
Cost of sales	(10,633)	9	(10,624)	Cost of sales
Gross profit	48,106	9	48,115	Gross profit
Distribution expense	(579)	–	(579)	Distribution expense
Research and development expense	(14,232)	–	(14,232)	Research and development expense
		(12,529)	(12,529)	Selling and marketing expense
Selling, general and administrative expense	(19,933)	12,529	(7,404)	General and administrative expense
Other operating income and expense	381	13	394	Other operating income and expense
Operating profit	13,743	22	13,765	Operating profit
		343	343	Investing income
		(7)	(7)	Share of after tax losses in associates and joint ventures
		14,101	14,101	Profit before financing and income tax
Finance income	360	(360)		
Finance expense	(1,694)	(5)	(1,699)	Finance expense
Share of after tax losses in associates and joint ventures	(7)	7		
Profit before tax	12,402	–	12,402	Profit before tax
Taxation	(2,169)	–	(2,169)	Taxation
Profit for the period	10,233	–	10,233	Profit for the period

Explanation of the adjustments due to IFRS 18

Share of after tax losses in associates and joint ventures will be presented within the investing category of the Consolidated Statement of Comprehensive Income, within the new subtotal of Profit or loss before financing and income tax which totals an expected \$14,101m in 2025.

Returns on deposits and equity securities, and interest income on tax balances, previously reported within Finance income will be reclassified under IFRS 18 to Investing income, totalling an expected \$360m in 2025.

Tabela 5.1 – Exemplo de reconciliação entre medidas de desempenho definidas pela administração e subdotais exigidos pelas normas contábeis

	Normas Contábeis (IFRS/CPC)	Itens Ajustados			Medidas de Desempenho Definidas pela Administração
		Perdas por <i>Impairment</i>	Despesas de Reestruturação	Ganhos e Perdas na Alienação de Imobilizado	
Outras receitas operacionais				(1.800)	
Despesa de pesquisa e desenvolvimento		1.600			
Despesas gerais e administrativas			3.800		
Perda por <i>impairment</i> de <i>goodwill</i>		4.500			
Lucro Operacional/ Lucro Operacional Ajustado	57.000	6.100	3.800	(1.800)	65.100
Despesas de Tributos sobre o Lucro			(589)	297	
Lucro das Operações continuadas/ Lucro Ajustado das Operações Continuadas	32.100	6.100	3.211	(1.503)	39.908

Para MPM, a entidade deve divulgar:

- (i) A descrição da medida;
- (ii) A forma de cálculo;
- (iii) Reconciliação com subtotal listado na DRE;
- (iv) Os efeitos dos tributos sobre o lucro.

Quadro 2.2 – Divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração

MPM

São subtotais de receita e despesa – que não aqueles requeridos pela IFRS 18 ou alguma outra norma IFRS – que a empresa utilize

Nas suas comunicações públicas, que não as demonstrações contábeis

Para comunicar aos investidores a visão da administração sobre um aspecto da performance financeira da empresa como um todo

Fonte: elaborado com base nos requisitos do CPC 51.

Em suma, as medidas de desempenho definidas pela administração são subtotais de receita e despesa. Logo, não se encaixam na definição prevista no CPC 51:

- (a) subtotais apenas de receitas ou apenas de despesas, como uma métrica de receita ajustada;
- (b) ativos, passivos, patrimônio líquido ou combinações desses elementos;
- (c) índices financeiros;
- (d) medidas de liquidez ou fluxos de caixa;
- (e) medidas de desempenho não financeiro etc.

Nesse contexto, o item 118 do CPC 51 lista alguns desses subtotais que não são considerados medidas de desempenho definidas pela administração, entre eles:

- (i) lucro ou prejuízo bruto (receita líquida pelo custo das vendas);
- (ii) lucro ou prejuízo operacional antes de depreciação, amortização e reduções por redução ao valor recuperável nos termos do CPC 01;
- (iii) lucro ou prejuízo operacional e receitas e despesas de todos os investimentos contabilizados pelo método de equivalência;
- (iv) lucro ou prejuízo antes dos tributos sobre o lucro;
- (v) lucro ou prejuízo de operações em continuidade.

Management-defined performance measures (MPMs)

The Group has identified Core Gross profit (\$48,039m in 2025 under IFRS 18), Core Operating profit (\$18,500m in 2025 under IFRS 18) and Core Profit attributable to owners of the Parent (numerator of core basic earnings per share, \$14,201m in 2025 under IFRS 18) as MPMs used in its public communications to communicate management's view of an aspect of the operating performance of the Group as a whole. These measures are not specifically required to be presented or disclosed by IFRS, which means they may not be directly comparable with similarly labelled or described measures by other entities.

Our Core adjustments are summarised as:

Restructuring costs, including charges and provisions related to our global restructuring programmes on our capitalised manufacturing facilities and IT assets. These can take place over multiple reporting periods, given the long life-cycle of our business.

Why we use them: We adjust for these charges and provisions because they primarily reflect the financial impact of change to legacy arrangements, rather than the underlying performance of our ongoing business.

Intangible amortisation and impairments, including impairment reversals but excluding any charges relating to IT assets. Intangibles generally arise from business combinations and individual licence acquisitions.

Why we use them: We adjust for these charges because their pattern of recognition is largely uncorrelated with the underlying performance of the business.

Other specified items, principally comprise acquisition-related costs and credits, which include the imputed finance charges and fair value movements relating to contingent consideration on business combinations, imputed finance charges and remeasurement adjustments on certain Other payables arising from intangible asset acquisitions, remeasurement adjustments relating to Other payables and debt items assumed from the Alexion acquisition and legal settlements.

Why we use them: We adjust for these items to enable a more meaningful comparison of the performance of acquired businesses and products to that of internally developed products, as well as removing charges whose pattern of recognition is largely uncorrelated to the underlying performance of the business. It should be noted that some costs excluded from our Core results, such as intangible amortisation and finance charges related to contingent consideration, will recur in future years, and other excluded items such as impairments and legal settlement costs, along with other acquisition-related costs, may recur in the future.

2025 Reconciliation of Expected Reported (IFRS 18) results to Expected Core (IFRS 18) results

	2025 Expected Reported (IFRS 18) \$m	Restructuring costs \$m	Intangible amortisation and impairments \$m	Other \$m	2025 Expected Core (IFRS 18) \$m
Gross profit	48,115	(138)	32	30	48,039
Income tax ¹		18	(3)	(5)	
Profit attributable to non-controlling interests		-	-	-	
Distribution expense	(579)	-	-	-	(579)
Research and development expense	(14,232)	171	236	3	(13,822)
Selling and marketing expense	(12,529)	40	-	1	(12,488)
General and administrative expense	(7,404)	169	4,059	130	(3,046)
Other operating income and expense	394	(5)	-	7	396
Operating profit	13,765	237	4,327	171	18,500
Income tax ¹		(68)	(825)	(58)	
Profit attributable to non-controlling interests		-	-	-	
Net investing	336	-	-	-	336
Profit before financing and income tax	14,101	237	4,327	171	18,836
Finance expense	(1,699)	-	-	242	(1,457)
Taxation	(2,169)	(68)	(825)	(108)	(3,170)
Profit for the period	10,233	169	3,502	305	14,209
Profit attributable to non-controlling interests	(8)	-	-	-	(8)
Profit attributable to owners of the Parent	10,225	169	3,502	305	14,201
Income tax ¹		(68)	(825)	(108)	
Profit attributable to non-controlling interests		-	-	-	
Basic earnings per \$0.25 Ordinary Share	\$6.60	\$0.11	\$2.26	\$0.19	\$9.16

As empresas mudarão a forma como agrupam as informações nas demonstrações financeiras?

Potencialmente, sim.

As empresas agora têm uma orientação aprimorada sobre o agrupamento - ou seja, agregação e desagregação - de informações nas demonstrações financeiras.

Isso inclui :

- **"Funções" recém-definidas** para as demonstrações financeiras primárias e para as notas;
- **características compartilhadas** de itens como base para agregação e desagregação - por exemplo, natureza, função, tamanho, localização geográfica e ambiente regulatório; e
- **característica dissimilar única**, o que pode resultar na desagregação de itens, se houver material.

Novas divulgações se aplicam para desencorajar as empresas a rotular itens como **"outros"** e agregar itens em grandes quantias individuais.

A determinação de como agrupar informações continua sendo uma área de julgamento.

Função das demonstrações financeiras primárias

Fornecer um "resumo estruturado útil" dos ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da empresa

Função das notas

Fornecer informações adicionais **materiais**



A materialidade continua a ser aplicada na apresentação e divulgação de informações nas demonstrações financeiras. Entretanto, para as demonstrações financeiras primárias, as empresas também precisarão considerar se as demonstrações fornecem um "resumo estruturado útil".

Quais são as outras alterações às demonstrações financeiras primárias?

Demonstração de fluxo de caixa

- O **lucro operacional** é o ponto de partida para o método indireto.
- A **opção** de classificar os fluxos de caixa de juros e dividendos como **atividades operacionais** foi **eliminada**.

Fluxos de caixa (modelo geral)*

Financiamento

- **Dividendos pagos**
- **Juros pagos**

Investimento

- **Dividendos recebidos**
- **Juros recebidos**

Balanço patrimonial

- O **ágio** é apresentado como um novo item de linha do balanço patrimonial.

Imobilizado	X
Ágio	X
Ativos intangíveis	X
Total de ativos não circulantes	X

*

A classificação de juros e dividendos será diferente para empresas com atividades principais específicas.

Agrupamento de informações

Demonstrações financeiras primárias

Apresentar resumos estruturados dos ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa reconhecidos da empresa que são úteis para:

- a obtenção de uma visão geral compreensível dos ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa reconhecidos da empresa;
- fazer comparações entre as empresas e entre os períodos das demonstrações financeiras para a mesma empresa; e
- a identificação de itens ou áreas sobre os quais os investidores poderão querer buscar informações adicionais nas notas.

Notas explicativas

Fornecer informações materiais
Necessário:

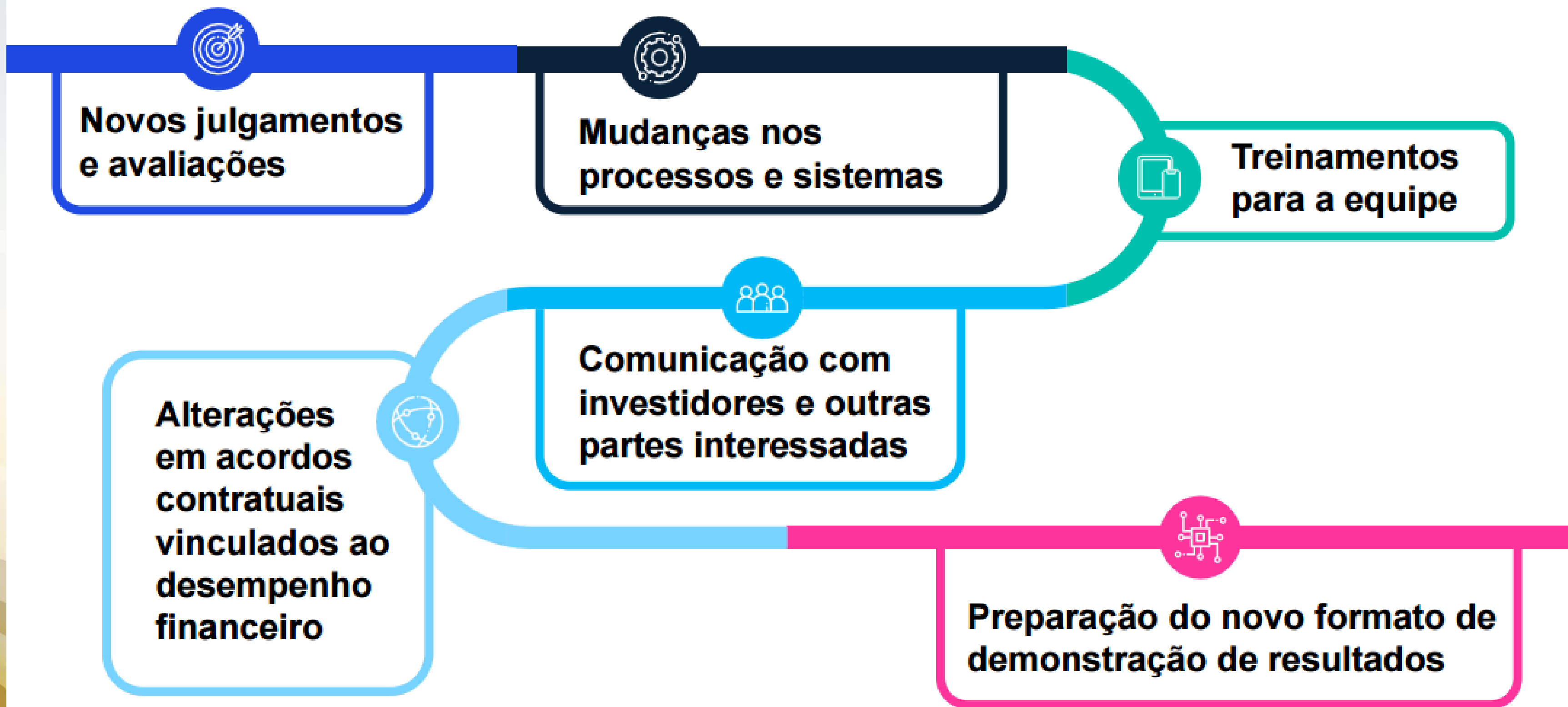
- para permitir que os investidores entendam as linhas das demonstrações financeiras primárias; e
- Fornecer informação complementar as demonstrações financeiras primárias com informações adicionais para atingir o objetivo das demonstrações financeiras.

Como a IFRS 18 pode impactar seus negócios?

A IFRS 18 não terá implicações apenas na apresentação e nas divulgações das demonstrações financeiras, mas também poderá ter impactos profundos em muitos aspectos da organização.

Aqui estão algumas considerações importantes que as empresas devem ter em mente ao determinar o grau de impacto da IFRS 18.

Quais são os próximos passos?



Considerações Finais

- I. DFs precisam conversar com Modelo de Negócios, Estratégia e com o **Econômico. "Accounting Follows Economics"**.
- II. Elaboração de **política contábil** com principais critérios, estimativas, julgamentos etc. Avaliação deve ser realizada no 2º semestre de 2026.
- III. **Controles Internos** principalmente para novas informações **Non-GAAP**
- IV. **Antecipar impactos** para orçamento, participações nos resultados, bônus, *covenants* etc.



CRCCE

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO CEARÁ

#Contabilidade
no centro da
economia